Tales Faria

PL leva a sério desfiliação de Eduardo

O PL já dá como certo que o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) quer mesmo deixar o partido. Ele só deverá permanecer, segundo caciques do partido, se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) assim determinar.

A informação que circula no partido é de que estão avançadas as negociações do filho Zero-Três do ex-presidente com o PRTB. O presidente do partido, Leonardo Araújo, lhe teria oferecido a legenda para concorrer a presidente da República.

O PRTB tem como presidente de honra o influenciador digital Pablo Marçal, que chamou a atenção por provocar polêmicas na campanha eleitoral de 2024 como candidato a prefeito de São Paulo. Marçal terminou a eleição em terceiro lugar e inelegível, com três condenações na Justiça eleitoral.

Eduardo já admitiu publicamente que deseja se candidatar ao Palácio do Planalto. No PL, no entanto, a avaliação é de que sua candidatura só será possível se o pai o apoiar. E Jair Bolsonaro tem dato sinais ao partido de que sua preferência é pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O problema é que o simples fato de Eduardo manter de pé a possibilidade de concorrer dificulta que o governador de São Paulo desista da reeleição para disputar a Presidência.

Tarcísio tem que tomar a decisão até abril, prazo máximo estabelecido pela Justiça eleitoral para se desincompatibilizar do Palácio Bandeirantes, se quiser concorrer ao comando do Palácio do Planalto.

Na campanha pela Prefeitura de São Paulo, Bolsonaro adiou o quanto pode o anúncio do apoio à reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB). A demora dividiu seu eleitorado entre Nunes e Marçal.

O governador não quer que isso se repita. Já considera uma aventura a disputa contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), cuja popularidade foi insuflada pela campanha do clã Bolsonaro em favor do tarifaço de Donald Trump contra as empresas brasileiras.

Se, além disso, Tarcísio tiver que lidar com o jogo duplo de Bolsonaro entre apoiá-lo e apoiar o filho, fica impossível concorrer.

Durante um evento em São Paulo nesta quinta-feira, 25, o governador disse que viajará a Brasília para se encontrar com Bolsonaro. Gerou expectativas de que, na visita, o ex-presidente possa antecipar o anúncio do apoio para ele concorrer à Presidência. Mas Tarcísio negou esta possibilidade. Insistiu novamente que é candidato à reeleição. "Eu sou candidato à reeleição, não tem nada disso" afirmou.

Segundo Tarcísio, sua visita ao ex-presidente será apenas um encontro entre amigos: "Eu vou visitar um amigo e prestar solidariedade a ele. É uma coisa que eu vou fazer sempre, porque tenho preocupação e consideração com uma pessoa que sempre foi muito importante para mim."

Entre os bolsonaristas há também expectativa de que o governador aproveite a passagem por Brasília para fazer campanha no Congresso em favor da aprovação do projeto de anistia ampla, geral e irrestrita, que libere Bolsonaro da prisão.

Mas isso é outro problema para Tarcísio. O centrão já trocou a anistia pela proposta de diminuição das penas dos condenados no julgamento de tentativa de golpe Estado.

Para os partidos do centrão, a chamada Faria Lima quer mesmo Tarcísio como candidato, e a anistia de Bolsonaro mais atrapalha do que ajudaria na campanha do governador.

Fernando Molica

Paulinho e a força das ruas

Menos de uma semana depois das manifestações contra decisões tomadas de supetão pela Câmara, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) demonstrou continuar a não entender que suas excelências não são donas do Congresso.

Isto, ao condicionar a votação de algo de interesse geral — a isenção de imposto de renda para quem recebe até R$ 5 mil mensais — a um projeto voltado para um grupo específico, a anistia ou redução de penas para acusados e condenados pela tentativa de golpe.

Bolsonaristas têm todo o direito de buscar aliviar a vida de aliados enrolados na Justiça, de brigar pela votação e aprovação de um projeto neste sentido. Concessões que permitam a ida para o plenário de pautas de interesse desse ou daquele grupo fazem parte da rotina parlamentar, mas é preciso ter um mínimo de equilíbrio, de semancol.

Relator de um projeto que, na prática, ainda não existe — o da anistia que não ousa dizer seu nome —, Paulinho verbalizou uma chantagem, uma espécie de dá ou desce. Agiu assim por saber que o governo vai tirar evidentes lucros políticos com a aprovação da pauta relacionada ao imposto de renda e, portanto, teria que engolir a votação que quebra o galho de quem botou pra quebrar no 8 de Janeiro ou estimulou a festa golpista da Selma-Quebra-Palácio.

O raciocínio, porém, revela o grau de insensatez de boa parte dos políticos — a ideia de que é aceitável ser contra projetos de governos que beneficiam a população. Um tipo de postura incompatível com a ideia de democracia e de representação.

Até dá para entender a dor de cotovelo de parlamentares que sabem que, com seus votos, favorecerão governos adversários, no meio da pandemia, a esquerda se viu obrigada a fazer o óbvio, aprovar o auxílio emergencial, sabia que Jair Bolsonaro iria capitalizar a medida. Mas, enfim, fazer o quê?

O projeto que corrige uma pequena parte das distorções do sistema tributário brasileiro é bem simples, tira um pouco dos mais ricos para beneficiar parcelas que ganham menos. Apenas o compromisso com o patrimonialismo e com a injustiça permite que ainda tenhamos um sistema tão absurdo que inverte a lógica dos impostos.

Em defesa dos ricos e/ou para marcar posição contra o governo, o PL já se disse contra à proposta. Melhor, é a favor de diminuir os impostos, desde que isso não aumente a carga tributária de ninguém. Alega que o projeto tem que ser financiado com um corte de despesas que nem tenta detalhar.

A proposta é como um tripé de duas pernas, algo ilógico, que não fica de pé; mas, pelo menos, e resultado de uma elaboração política, é capaz de gerar argumentos, de provocar discussões. A oposição tem o direito de alegar o que bem entender.

O que não é admissível é usar uma proposta tão relevante como elemento de barganha. Isso só ocorre pela absoluta insensibilidade de políticos que continuam achando serem capazes de nos obrigarem a aceitar qualquer absurdo que venha a ser por eles decidido.

A população brasileira já engoliu uma incontável quantidade de sapos, muitas vezes servidos disfarçados de pratos sofisticados. Mas as centenas de milhares de pessoas que foram às ruas no domingo mostraram que o paladar e a desconfiança estão sendo aprimorados. Indicam que parlamentares não são blindados, estão expostos à população.

Ainda bem que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), muito alvejado no fim de semana, pareceu ter tomado tenência, tratou de desvincular um projeto do outro. Paulinho que trate de viabilizar alguma proposta e de submetê-la ao plenário — e de deixar em paz os que contam com um alívio em suas contas.

Vinicius Lummertz*

O país que não celebra a superação

Por que o Brasil não cultua a superação como valor estético, moral e cultural? Por que nossas novelas e filmes raramente retratam personagens da vida cotidiana dotados de virtudes heroicas — empresários, professores, engenheiros, bombeiros, agricultores, cientistas — como ocorre em tantas outras sociedades? Haveria, em nossa tradição, uma espécie de interdito contra a ascensão? Conseguimos imaginar Selton Mello interpretando Eduardo Saverin ou Wagner Moura dando vida a André Maggi?

Há mais de cinquenta anos, a televisão popularizou um modelo fixo: os ricos não trabalham, vivem de intrigas, futilidades e poses. Os pobres aparecem conformados, felizes "como estão", vivendo em "comunidades" — termo reduzido a sinônimo de favela, ao contrário do que ocorre no resto do mundo, onde comunidade significa bairro, universidade, associação, igreja ou profissão. Essa estética achatou o imaginário nacional.

Nossas grandes obras literárias também avançaram pouco além da resistência à pobreza extrema. Vidas Secas ou Capitães da Areia mostram a luta pela sobrevivência, mas não a epopeia da ascensão. O herói brasileiro resiste, mas raramente constrói. Sérgio Buarque de Holanda já havia descrito o "homem cordial", marcado pela afetividade e pouco inclinado à disciplina continuada do trabalho. Roberto Schwarz analisou nossas "ideias fora do lugar" e a dificuldade de legitimar a riqueza como fruto de mérito. Darcy Ribeiro identificou, no Brasil Novo, criatividade poderosa, mas travada por heranças coloniais. Psicanalistas e antropólogos apontam um dado profundo: em uma sociedade desigual, a ascensão individual muitas vezes é vista como traição ao grupo.

O caso do Barão de Mauá é emblemático. Filho de família humilde, tornou-se um dos maiores empreendedores do século XIX: banqueiro, industrial, pioneiro das ferrovias e da navegação a vapor. No filme Mauá – O Imperador e o Rei (1999), porém, sua trajetória de construção é eclipsada pelo desfecho de falência e isolamento. Em vez de herói nacional, Mauá foi transformado em mártir da ruína. O mesmo ocorreu com a cinebiografia de Eike Batista, que concentrou-se no colapso, sem retratar a dimensão de tudo o que foi construído — bilhões em ativos que mudaram setores inteiros.

No cinema americano, a narrativa é oposta. Citizen Kane (1941) retrata um magnata da comunicação: crítico, mas grandioso. The Founder (2016) mostra Ray Kroc, figura ambígua, mas cuja persistência levou o McDonald's à escala global. The Social Network (2010) expõe conflitos éticos, mas ressalta a inventividade de Zuckerberg. Rocky (1976) consagrou o arquétipo do improvável que vence pelo esforço e disciplina. Outros títulos reforçam a epopeia da superação: Forrest Gump (1994), em que um homem comum atravessa a história pela perseverança; Giant (E Assim Caminha a Humanidade, 1956), que narra a saga de famílias pioneiras do Texas; ou There Will Be Blood (Ouro Negro, 2007), que dramatiza a expansão da indústria do petróleo.

Em todos, a causalidade é clara: esforço, sacrifício, trabalho e mérito podem transformar destinos. O público aprende que ascender é legítimo. No Brasil, ao contrário, o sucesso é visto com suspeita. Até no jornalismo isso se manifesta: se um crime envolve um BMW, a marca do carro vira manchete; se é um carro popular, não. O subtexto é sempre o mesmo: riqueza é culpa.

É claro que parte da elite brasileira falhou em devolver valor coletivo. Mas é igualmente verdade que milhões de brasileiros — empreendedores, engenheiros, agricultores, padeiros, lojistas, médicos, professores, cientistas — sustentam a prosperidade do país. São eles que criam cidades, empresas, tecnologias, exportações. Ainda assim, permanecem invisíveis em nossas narrativas. Não são personagens legítimos per se.

Uma sociedade sem histórias de superação acaba sendo uma sociedade sem bússola nem bandeira. Sem referências de ascensão pelo mérito, muitos jovens acabam acreditando que apenas a música ou o esporte permitem mobilidade social — e, mais atualmente, o crime. O Brasil fica prisioneiro de um imaginário que reforça a vitimização e a desconfiança.

Felizmente, uma nova geração começa a romper esse bloqueio. Startups, economia criativa, inovação tecnológica e empreendedorismo social já desenham outra narrativa: a da teologia da prosperidade individual. O desafio é transformá-la em superação coletiva.

E aqui está o ponto essencial: esses temas precisam ser discutidos em âmbito nacional. Precisam entrar na pauta da grande imprensa, das universidades, do parlamento, das instituições de formação de opinião. A ética do esforço, do resultado, da superação deve ser tratada como substrato intelectual e emocional de um país que precisa de motivação. Um país rico precisa de motivação.

O Brasil já possui milhões de histórias de superação individual. O passo seguinte é dar-lhes reconhecimento e convertê-las em ambiente coletivo, em projeto de sociedade. O esforço pessoal é a semente; a transformação em ethos nacional é a colheita. Sem isso, continuaremos a negar nossos próprios construtores. Com isso, poderemos reencontrar a grandeza.

***Cientista Político. Foi Ministro do Turismo e Presidente da Embratur**

Dora Kramer*

A Câmara se lambuza

A PEC da Blindagem está com o destino selado -morrerá na praia. Falta só definir quando e como será feito o enterro: na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no banho-maria regimental, na rejeição do plenário ou na ilegalidade decretada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ideal seria que a questão fosse resolvida pelos senadores, no ambiente de um Congresso interessado na defesa da própria reputação. Deixar a solução à Justiça falaria sobre a incapacidade dos políticos de atuar em prol do bom senso, no repúdio ao descaramento da Câmara.

Em sua maioria, os deputados deram três tiros na direção do atraso: revogaram o voto aberto extinto em 2013, ressuscitaram o aval do Congresso para a abertura de ações, revogado em 2001, e incluíram presidentes de partidos (associações de direito privado) no rol de agentes públicos com foro devido à prerrogativa de função.

Com isso, conseguiram colocar a direita em maus lençóis com a junção da anistia à blindagem. Levaram às ruas não só a esquerda, mas os contrariados com os dois projetos, uniram o centro e podem ter contribuído para dar ao presidente Luiz Inácio da Silva (PT) a chance de retomar o conceito da frente ampla de 2022 para tentar derrotar planos da oposição em 2026.

Cenário em que para Tarcísio de Freitas, praticamente garantido na reeleição paulista, não seria prudente a incursão no projeto presidencial em disputa com Lula. Aos 50 anos, o governador tem muito tempo à frente para investir numa possibilidade mais segura de ganhar. A blindagem foi uma péssima ideia em todos os aspectos. Seus autores tentaram aplicar o que viram como um remédio contra o controle judicial e acabaram inoculando um veneno no organismo legislativo.

Já havia indignação contra o aumento de deputados e o enfraquecimento da Lei da Ficha Limpa. Acharam que dava para avançar e abusar. Não só não deu como despertou um sentimento popular que talvez provoque o mesmo tipo de reação em ofensivas futuras. Se for assim, terão feito um favor ao país.

***Jornalista e comentarista de política**

EDITORIAL

Rocinha verá sua beleza na tela grande

Lançada em março deste ano, a série documental "David Blaine: Magia Inesperada", produzida pelo NatGeo, levou o mágico David Blaine ao redor do mundo para conhecer um pouco mais da magia urbana e suas peculiaridades. No processo da viagem, Blaine aprendeu um pouco mais sobre a cultura de cada lugar, passando isso em tela para o mundo inteiro assistir e se interessar por essas particularidades. E o mais legal é que o primeiro episódio trouxe o mágico para o Rio de Janeiro, mais especificamente para a favela da Rocinha e para a Barra da Tijuca, onde ele aprendeu sobre os mágicos cariocas e tentou replicar seus feitos.

Neste sábado (27), a Associação de Moradores da Rocinha, em parceria com a Disney, vai promover uma sessão gratuita e ao ar livre do documentário na Via Ápia, dentro da Rocinha.

Dessa forma, os moradores poderão ver sua realidade retratada em uma grande produção internacional. E como muitos moradores sequer têm acesso ao Disney+, plataforma onde a série está disponível, será a primeira vez que muitos deles assistirão a série que foi gravada bem no quintal de suas casas.

Promover essa integração cultural é uma ação muito interessante, porque ajuda a criar um senso de orgulho junto aos moradores. Se até os que vêm de fora enxergam beleza naquele cotidiano, por que eles não podem valorizar o que vivem no dia a dia?

Ações como essa ajudam na autoestima e no fortalecimento dos laços dos moradores com o progresso da comunidade. É um gesto muito bonito e deve encantar principalmente a molecada, que verá suas paisagens diárias retratadas numa tela de cinema. Tem como não se encantar desse jeito?

Opinião do leitor

Química

Se essa 'ótima química' der realmente certo, pode ser que Brasil e Estados Undios voltem a entrar nos eixos e muitos produtores voltem a exportar para cidades norte-americanas, como faziam antes de Trump se envocar por Jair Bolsonaro, contra o STF.

Flávio Barbados
São Paulo - São Paulo

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.